

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Destaques, não

Com a resistência à aprovação do PL da Dosimetria, a ala bolsonarista está engajada em uma campanha contra uma eventual votação de destaques. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) criticou fortemente a iniciativa. “Os deputados que defenderem a estratégia de lutar pelos destaques, a fim de se alcançar a anistia, estão mentindo para você”, afirmou em vídeo nas redes sociais. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também defenderam ontem, mais uma vez, a anistia.

Briga interna

As críticas de Eduardo Bolsonaro são uma reação ao movimento, no Centrão e em alas do PL, de se aprovar apenas um texto-base de dosimetria referente aos condenados pelo 8 de Janeiro. Nos bastidores, muitos aliados de Bolsonaro já dizem que é melhor alguma coisa do que nada.

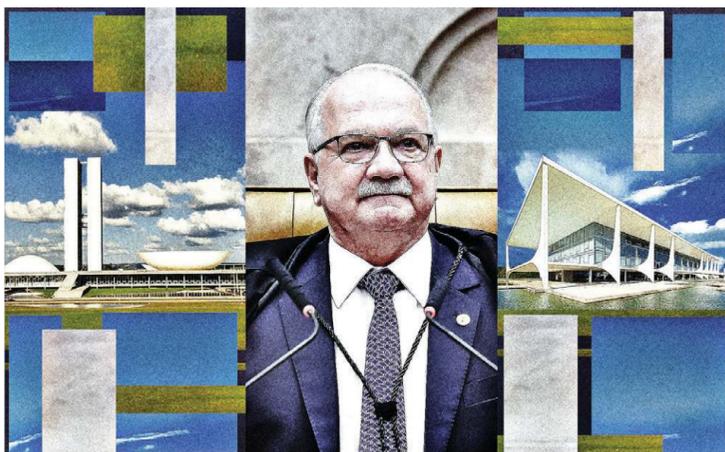
Tirem o relator

Em outra frente, o PT continua a ofensiva contra Eduardo Bolsonaro. O líder do partido na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), apresentou uma petição à Mesa Diretora e ao Conselho de Ética pedindo a suspensão do atual relator do pedido de cassação de mandato do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Delegado Marcelo Freitas (União-MG), por imparcialidade.

Recaída

Preocupado com estado de saúde do ex-presidente Jair Bolsonaro, o filho Carlos Bolsonaro pediu apoio nas redes sociais. Disse que o pai enfrenta novas crises de soluço e de vômitos. Segundo o vereador, a família avalia nova ida ao hospital. “Peço, por favor, que orem por ele!”, escreveu o 02.

As duas batalhas marcadas na Câmara



O novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, iniciou o mandato defendendo o diálogo entre os Poderes da República, mas a semana política em Brasília será marcada por embates entre forças do Executivo e do Legislativo. O campo de batalha será a Câmara dos Deputados, onde será votado projeto de lei sobre isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil.

O governo mantém o discurso de justiça tributária, alegando que os mais ricos precisam contribuir mais para aliviar o peso dos impostos sobre a população de renda mais baixa. A oposição se mostra cautelosa e dividida, após a tentativa frustrada de atrelar o PL da Dosimetria à votação da pauta do IR.

No momento em que a Câmara precisa recuperar credibilidade após as vexatórias votações da PEC da Blindagem e do PL da Dosimetria, é provável que o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), trabalhe para que a proposta do governo seja referendada em plenário. Mas a pressão de setores do Centrão e do PL em favor de redução de penas pode afetar a aprovação do projeto.

Hora difícil

Aliados contam que o ex-presidente não está comendo nem bebendo água regularmente. Ontem, após visita de solidariedade, Tarcísio comentou que o chefe do clã estava “soluçando o tempo todo”. Ao falar de política, o governador de São Paulo repetiu que é candidato à reeleição ao Palácio dos Bandeirantes.

Banho rápido

Enquanto isso, o PT paulista bate pesado na administração do governador bolsonarista. Em vídeo divulgado nas redes sociais, menciona as milhares de casas que ficaram sem luz após os últimos temporais. Criticou, ainda, a restrição no consumo de água para os moradores da Grande São Paulo, como medida para enfrentar a crise no abastecimento. Desde o dia 22, a Sabesp reduziu a pressão nas tubulações das 19h às 5h.

Para depois

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pediu ao STF que adie a determinação de atualizar, já para as eleições de 2026, o número de deputados. Ao tratar da matéria, o Congresso aprovou aumentar o número de membros da Câmara de 513 para 531 — medida que teve péssima repercussão na opinião pública e foi vetada pelo presidente da República.

De novo?

Após a fortíssima reação popular contra a PEC da Blindagem e a anistia aos golpistas do 8 de Janeiro, é grande o receio entre parlamentares de provocar nova indignação popular caso derrubem o veto presidencial.

Em avaliação

Nas alegações enviadas ao STF, Alcolumbre mencionou que o processo legislativo ainda está em curso, podendo o veto ao projeto de lei ser mantido ou derrubado. O presidente do Congresso requer que a recomposição dos deputados passe a valer a partir das eleições de 2030.

CPMI DO INSS

Por estar na condição de testemunha, procuradoria quer arquivar prisão de empresário por, supostamente, mentir em depoimento

Pedido da PGR causa mal-estar

» VANILSON OLIVEIRA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu o arquivamento da prisão em flagrante contra o empresário e economista Rubens Oliveira Costa, detido na semana passada por, supostamente, mentir e dar falso testemunho no depoimento que prestou à CPMI do INSS. Segundo o presidente da comissão parlamentar mista de inquérito, senador Carlos Viana (Podemos-MG), a medida surpreendeu o colegiado e anunciou que a advocacia do Senado recorrerá. A PGR afirmou que o caso tramita em sigilo.

Em 22 de setembro, o relator da CPMI do INSS, deputado

Alfredo Gaspar (União-AL), pediu a prisão de Rubens Oliveira Costa, apontado como sócio de Antônio Carlos Antunes, o “Carreca do INSS”, após depoimento à CPMI. O empresário fora convocado para depor como testemunha, quando houve os pedidos de prisão preventiva — por risco de fuga e a prática de novos crimes — e em flagrante — por crime de ocultação documental.

Rubens foi detido ao final do depoimento e liberado pela Polícia Legislativa do Senado, na madrugada de 23 de setembro, após esclarecimentos à Secretaria de Polícia do Senado. Segundo um de seus advogados, nem sequer pagou fiança.

Carlos Moura/Agência Senado



Viana criticou o arquivamento da prisão em flagrante: “Qual o sentido de a gente continuar investigando?”

Nas redes sociais, Viana afirmou ter sido informado pela Polícia Legislativa sobre a manifestação da PGR. Segundo o parlamentar, o argumento foi de que, por estarem na condição de testemunhas, as pessoas ouvidas pela comissão podem mentir sem

incorrer em crime de falso testemunho. “Existe uma confusão aqui. A CPMI tem uma investigação paralela. O processo judicial, lá na Justiça, é outra coisa”, disse.

Pouco antes da sessão que ouviu o presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares

e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), Carlos Roberto Ferreira Lopes, o senador voltou a criticar a PGR. Para ele, há “invasão de competências” do Judiciário sobre o Legislativo. “Qual é o sentido de ter CPMI, de a gente continuar investigando?”, questionou.

Viana frisou que a comissão é autônoma e que não abrirá mão de ordenar prisões. “Essa é uma CPI autônoma, é uma investigação do Parlamento, dentro da Constituição. Não vamos abrir mão de dizer quem é testemunha e quem é investigado. E, se for necessário, vou dar a voz de prisão novamente. Isso é uma decisão minha, de ofício”, acrescentou.

O vice-presidente da CPMI, deputado Duarte Júnior (PSB-MA), reforçou que o parecer da PGR não pode limitar a atuação do colegiado. “Norma assim pode ser hierarquicamente inferior a outras normas, como a lei federal, a lei estadual ou a lei municipal. Esse parecer não é vinculante. O Supremo Tribunal Federal não seguiu a posição da PGR, por exemplo, nos casos da prisão em segunda instância, da lei da anistia e do ensino religioso nas escolas. Ou seja, a PGR se manifestou em um sentido, mas o STF decidiu de forma contrária”, destacou.

Para o deputado, a mensagem da PGR causa preocupação. “Acerta a CPMI quando mostra que aquele que aqui mentir vai ser sancionado com todo o vigor que a lei prevê. É lamentável a mensagem que a PGR passa para a sociedade — a sensação de impunidade. Mas, por outro lado, fica claro que a CPMI está decidindo de forma correta, fazendo com que aqueles que cometeram crimes possam ser punidos”, disse.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Marivaldo: mais contato entre dispositivos de segurança, mais eficiência

CB.PODER

Integração: arma contra crime organizado

» CAETANO YAMAMOTO*

A PEC da Segurança pretende integrar os dispositivos de segurança federal e estaduais e a prova de que esta é uma necessidade urgente é o resultado da Operação Carbono Oculto — que expôs um grande esquema de adulteração de combustível e lavagem de dinheiro, controlado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Para o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, o ataque ao crime organizado é mais eficiente

quando há o envolvimento efetivo de todas as esferas de poder.

“Quanto mais acesso às informações, quanto mais cooperação, quanto mais coordenação, mais protegidos estão os agentes de segurança pública que estão nas ruas combatendo o crime organizado. Maior é a eficiência do governo no enfrentamento ao crime organizado. Maior é a entrega que é feita à população”, observou Marivaldo, em entrevista às jornalistas Ana Maria Campos e Adriana Bernardes, na edição de ontem do

CB.Poder — uma parceria entre o

Correio Braziliense e a TV Brasília. Segundo Marivaldo, essa integração — que vem sendo feita, hoje, de forma cooperativa — se tornará um padrão investigativo tão logo seja aprovada a PEC da Segurança. E que operações como a Carbono Oculto deixem de ser esporádicas para se tornarem frequentes como formato de atuação contra o crime organizado.

“Em uma única operação, foi bloqueado aproximadamente R\$ 1 bilhão de patrimônio do crime organizado. Só em multas da Receita

Federal, nós tivemos quase R\$ 900 milhões aplicados. Sem sombra de dúvida, é um baque muito grande no crime organizado, que depende desse recurso para continuar a prática delitiva”, explica.

O secretário observa que, ao contrário do que dizem alguns governadores — sobretudo os ligados ao bolsonarismo —, a PEC da Segurança não interfere na autonomia da polícia das unidades da Federação.

* Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi